

Juízes temem não ser possível reabrir 20 tribunais dentro de quatro meses

Cerimónia solene de abertura do ano judicial tem lugar hoje, marcada pela presença de Marcelo Rebelo de Sousa. Na justiça quase todos se queixam da falta de funcionários judiciais

Justiça
Ana Henriques

A menos de 24 horas da cerimónia solene de abertura do ano judicial, que tem lugar esta manhã, os funcionários do vetusto Supremo Tribunal de Justiça preparavam-se para a invasão daquela ala do Terreiro do Paço.

“É o efeito Marcelo”, ouve-se dizer, numa referência ao circo mediático que costuma atrair a presença do Presidente da República. Será a sua primeira abertura solene do ano judicial nestas funções, e há estações televisivas que duplicaram o número de pessoas que vão mandar para cobrir um evento que conta com 250 convidados vestidos a preceito – que é como quem diz de toga ou beca.

Todos querem saber o que vai dizer no seu discurso Marcelo, que se antecipou para Setembro um evento que habitualmente só acontece em Outubro, e nunca da parte da manhã. A presença do presidente da Assembleia da República, que também usará da palavra (ver texto na página ao lado) também suscita alguma curiosidade, até porque nem todos esqueceram a frase fatal que foi ouvido a dizer ao telefone a António Costa nas escutas do processo Casa Pia, e que mais tarde havia de alegar ter sido tirada do contexto: “Estou-me cagando para o segredo de justiça”.

Mais de uma década passada sobre estas palavras, poucos se atrevem a atirar a primeira pedra: o que lá vai, lá vai. “O que pode ser melindroso não é a presença de Ferro Rodrigues, mas o seu discurso. Tenho curiosidade sobre o que vai dizer, até porque não se trata propriamente de alguém muito subtil”, observa o presidente do Sindicato de Magistrados do Ministério Público, António Ventinhas, numa referência aos subentendidos de que estão recheadas as intervenções públicas nestas ocasiões, e em mais um ano judicial a ser marcado por processos como os de José Sócrates, Ricardo Salgado ou a teia de cumplicidades do caso dos vistos *Gold*, que tem o ex-ministro Miguel Macedo como arguido.

No centro das atenções estará ain-

da a ministra da Justiça, Francisca van Dunem. Será capaz de cumprir o que prometeu, reabrir daqui a quatro meses os 20 tribunais fechados em 2014 em vários pontos do país? Continua por enquanto a assegurar que sim, apesar de reconhecer que o caminho ainda por percorrer é moroso e se encontra longe de estar concluído. “Pese embora o processo legislativo estar dependente da Assembleia da República, o Governo está empenhado em efectivar as alterações à lei – designadamente as relativas aos 20 tribunais a reactivar, bem como o ‘alargamento’ da competência material das actuais secções de proximidade, de molde a que ali venham a ser efectuados julgamentos criminais – em Janeiro de 2017”, diz o seu gabinete de imprensa. “Uma vez publicada a legislação, todos os tribunais que se prevê serem reactivados sê-lo-ão. O único processo que se prevê poder vir a ser faseado é o dos desdobramentos [de competências judiciais] na área de Família e Menores”, acrescenta.

“Cosmética política”?

Vários juízes com responsabilidades no terreno temem, porém, que isso se seja uma missão impossível. Há mesmo quem fale numa “medida de cosmética política”: os tribunais reabertos funcionarão só com um juiz não residente e um ou dois funcionários.

João Pires da Silva, o juiz que preside à comarca de Santarém, onde deverão abrir os tribunais de Mação e Ferreira do Zêzere, é um dos que põem o dedo na ferida: “Não existem oficiais de justiça suficientes para os serviços actuais, quanto mais para a abertura de novos serviços”. Quando se estica o cobertor para tapar os pés, fica a cabeça de fora: a transferência obrigatória de funcionários de outros pontos da comarca para Mação e Ferreira do Zêzere criará “constrangimentos” nos serviços que ficam sem eles. O mesmo juiz fala ainda de outro “enorme constrangimento”: a falta de veículos ao serviço da comarca para transportar magistrados e funcionários



Magistrados temem que a reabertura dos tribunais encerrados, como o de Boticas na foto, se revele uma miss

para os serviços que vão reabrir.

“De momento, a comarca não tem condições para a abertura, em Janeiro, do Tribunal do Bombarral, por faltarem vários recursos”, declara igualmente a juíza que superintende aos tribunais do distrito de Leiria, Patrícia Helena Costa. A seguir apresenta aquilo que se assemelha quase a um caderno de reivindicações: “A comarca conta que a administração central proceda à nomeação de funcionários novos, fornecimento de equipamentos e mobiliários, bem como um orçamento de acordo com o acréscimo das despesas”. De móveis, até agora só

Móveis de contentores de Loures vão ser usados na comarca de Leiria

chegou parte da mobília necessária à sala de audiências, “vinda de um contentor que deixou de ser necessário no Tribunal de Loures, e que terá de ser adaptada” ao seu novo destino. O cenário assemelha-se ao de Santarém: caso não sejam enviados novos oficiais de justiça, terá de os subtrair a outro tribunal da comarca, “prejudicando os serviços já com carência de quadros”.

“Isto está no limite”, corrobora o presidente da comarca de Aveiro, Paulo Brandão, sobre o problema que já se tornou crónico na justiça portuguesa, e que a própria ministra classifica como dramático. Reabrir em Janeiro o tribunal de Sever do Vouga é, para este magistrado, mesmo assim exequível – mas vai avisando do prejuízo: “Não vamos ficar com bons serviços nem em Sever, nem em Águeda, nem em Albergaria. A manta não estica.”

Pelo menos nalguns casos, como Francisca van Dunem também já anunciou, a solução passará por pedir emprestados funcionários às

autarquias, para desempenharem tarefas menos especializadas

“O Governo faz o que quer. Não nos compete discutir”, resigna-se a presidente da comarca de Viseu, Maria José Monteiro Guerra, a respeito da reorganização prevista, que não vê com bons olhos a criação de instâncias judiciais com competências na área de família e menores em Cinfães e Moimenta da Beira: “Desvirtua o modelo” de reorganização judiciária lançado em 2014.

Conceição Gomes, do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, elogia a anunciada descentralização dos tribunais de família e menores. Entende que este é o tipo de justiça que tem de estar, a par da laboral, mais próxima das populações, a quem com frequência faltam recursos para se deslocarem as vezes necessárias a tribunais distantes. A investigadora crítica o facto de um dos princípios da reforma feita dos tribunais em 2014, a propalada espe-

“Há algo que não está bem numa sociedade que chega ao ponto de censurar mais os crimes de colarinho branco do que os crimes de sangue”

António Jaime Martins Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

Corrupção: quem dá mais?

Ana Henriques

Como tema central que tem sido nos últimos anos na justiça portuguesa, a corrupção deverá ser, uma vez mais, um dos temas abordados na cerimónia solene de abertura do ano judicial. Mas há, neste momento, vozes que se levantam contra o protagonismo que assumem e a repulsa que suscitam este tipo de crimes na sociedade portuguesa – e que pode mesmo ser, segundo o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, contra-prodente.

“Há algo que não está bem numa sociedade que chega ao ponto de censurar mais os crimes de colarinho branco do que os crimes de sangue”, observa o presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, António Jaime Martins, para quem a justiça portuguesa “está a ser pressionada como nunca para apresentar resultados” – o que a leva a “procurar obter meios de prova de toda a maneira e feito”, mesmo em detrimento dos direitos fundamentais dos arguidos num Estado de direito. Este responsável dá como exemplo a apreensão de documentos em escritórios de advogados que lhes foram entregues pelos arguidos para a sua defesa.

Já em 2012 o hoje presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henriques Gaspar, se mostrava preocupado com as ligações entre o fenómeno da mediatização da justiça no que respeita ao combate à corrupção – uma guerra que, apesar de ser popular, tem apresentado, no entender do magistrado, fracos resultados para tão grandes investimentos, não só em Portugal como noutros países. “O combate à corrupção tem estado por de mais condicionado por impulsos voluntaristas, determinados pelos estímulos exteriores, pela encenação dramatizada nos *media*, com generalizações associadas às dinâmicas de certos acontecimentos marcados com o selo do escândalo”, critica-va então o magistrado, num debate promovido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal na Gulbenkian.

“Fica a sensação de que a ‘metáfora da corrupção’ tem sido o objecto de

o programa de uma espécie de concurso de demagogias, com reacções verbais proclamatórias, excessivas e ruidosas, por vezes em afagamento das boas consciências, sobretudo políticas”, dizia. Resultado? “O engarrafamento de iniciativas e a perda de sentido das prioridades e da eficácia” no combate ao fenómeno. Mas a nível internacional o panorama não é diferente: “Temos assistido a uma sucessão de convenções, a uma acumulação desordenada de tratados, num concurso de modelos ou numa espécie de leilão, tentando ultrapassar-se umas às outras pela inflação de exigências, que fazem desviar do essencial”. O presidente do Supremo Tribunal de Justiça falou mesmo das armadilhas em que pode cair a justiça quando tenta demonstrar aquilo que a comunicação social já decretou: que determinada pessoa é culpada.

Mais prevenção

Para Henriques Gaspar, o combate à corrupção não é tarefa exclusiva de juízes, procuradores e inspetores da Judiciária. Deve começar nas escolas, com a formação dos alunos, e prosseguir, ainda de forma preventiva, através de medidas que limitem ao máximo esse tipo de riscos nas instituições – reduzindo ao máximo as situações em que é permitido aos gestores públicos tomar decisões discricionárias. É preciso, por exemplo, dar particular atenção à construção de novos modelos de parcerias público-privadas, “onde pode residir alguma ambiguidade quanto ao limite do interesse público”, defendeu. A pequena corrupção tantas vezes perseguida pela justiça com um “pesado arsenal processual penal que não será o mais adequado”, este antigo procurador contrapunha as dificuldades de investigação da circulação virtual de capitais, “por praças bancárias sem regras, sem regulações e com ocultação dos titulares” do dinheiro. “O poder financeiro e associados impõem a sua força; os *off-shores* restam como o grande tabu, revelando a incapacidade dramaticamente comprovada da política para conter a avidez e o cinismo dominador da finança”, concluía.

Ferro alerta para riscos da crise de confiança

São José Almeida

O presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, declarou ao PÚBLICO que vai alertar para os riscos da crise de confiança quer nas instituições políticas, quer nas instituições judiciais, que assola a sociedade portuguesa, ao discursar hoje na sessão solene de abertura do Ano Judicial.

Com Ferro Rodrigues, que discursará nesta cerimónia, é retomado o protagonismo da segunda figura do Estado nestas sessões, já que, desde 2010, o presidente do Parlamento apenas em duas ocasiões se dirigiu aos presentes na abertura do Ano Judicial: numa delas o orador foi Jaime Gama, do PS, na outra foi Assunção Esteves, do PSD.

Este ano, estreia-se também como orador na sessão que assinala o arranque do calendário judicial o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Quanto ao primeiro-ministro, cuja presença chegou a ser dada como possível, ela acabará por não se concretizar. No passado, António Costa já participou nesta cerimónia, mas como ministro da Justiça do segundo Governo de António Guterres, entre 1999 e 2002. Na sua ausência, o Governo será representado na abertura deste Ano Judicial apenas pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem. No mesmo dia e à mesma hora, António Costa irá estar a presidir ao Conselho de Ministros semanal, em Lisboa.

Sublinhe-se que, em Junho, num almoço com empresários na Câmara do Comércio, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou que em Setembro iria realizar-se um Conselho de Ministros temático sobre Justiça, no qual seriam aprovados diplomas relativos às questões específicas da economia e aos quais caberá concretizar, sob a forma de lei, as propostas que resultaram do trabalho da Unidade de Missão para a Capitalização de Empresas.

De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, este Conselho de Ministros temático sobre Justiça foi adiado sem data, realizando-se em meados de Setem-

bro, precisamente no dia 15, uma reunião de ministros temática sobre outro assunto: a Saúde. Esse encontro decorrerá em Coimbra e servirá para assinalar os 40 anos da criação do Serviço Nacional de Saúde, pelo então ministro da Saúde, António Arnaut, actual presidente honorário do PS.

Ferro e a confiança

Já Eduardo Ferro Rodrigues, segunda figura mais importante na hierarquia do Estado, adiantou ao PÚBLICO que irá assumir, no discurso de hoje, a sua preocupação em relação à crise de confiança, tanto mais que preside ao órgão de poder legislativo por excelência, pelo que, devido a essa característica, a sua interacção com a Justiça é clara.

“A Assembleia da República é a essência do poder legislativo, pelo



Ferro Rodrigues e Marcelo Rebelo de Sousa estream-se a discursar na abertura do Ano Judicial

que é absolutamente normal que o presidente da Assembleia fale na abertura do Ano Judicial”, afirmou, sublinhando: “Há divisão de poderes em democracia, mas as relações institucionais entre a Assembleia da República e a Justiça são absolutas e a crise de confiança no poder e nas instituições democráticas é geral e atinge também o poder judicial.”

Essa realidade torna “evidente que é preciso assumir em conjunto por todas as instituições o que são os problemas básicos do regime democrático”, garante o presidente da Assembleia, advogando ainda: “É necessário que todos assumam as suas responsabilidades e deveres para procurar superar a crise de confiança nas instituições e reabilitar o seu prestígio.”

Esta “urgência” é defendida por Ferro Rodrigues com o argumento de que “há a percepção de que o afastamento das pessoas em relação ao poder político também existe em relação ao poder judicial”, repete o socialista.



ão impossível

cialização dos magistrados em diferentes áreas, não ter passado do papel: “Os tribunais podem chamar-se de família e menores ou do trabalho, mas não existe obrigatoriedade de especialização prévia dos magistrados que aí prestam serviço.”

Quanto à falta de funcionários, diz que tem de ser demonstrada, depois de o funcionamento das secretarias dos tribunais e restantes serviços ser submetido a uma reorganização interna que lhe permita ganhar eficiência.

Uma posição em que parece, porém, estar isolada: a bastonária dos advogados e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses também clamam por mais oficiais de justiça. “Senão, as mudanças planeadas vão claudicar”, antevê a vice-presidente da associação, Manuela Paupério. A juíza alerta para outro facto: ainda existem tribunais sem condições mínimas de funcionamento. Quando chega a altura de falar sobre o que se passar em Janeiro de 2017, baixa a voz: “Creio que não haverá condições para reabrir os 20 tribunais. Será muito difícil.”